



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2022

DESTAQUES (R\$ MM)		4T22	4T21	Δ%	2022	2021	Δ %
Margem Bruta		39	45	(13%)	164	265	(38%)
EBITDA		25	34	(26%)	113	228	(50%)
Resultado Financeiro		(3)	(2)	50%	(17)	(13)	31%
Lucro Líquido		16	21	(24%)	65	140	(54%)

Indicadores Financeiros de Dívida¹		2022	2021	Variação
Dívida Líquida²/EBITDA³		0,88	0,29	0,59
EBITDA/Resultado Financeiro³		6,81	17,64	(10,83)

¹ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants
 ² Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
 ³ EBITDA e Resultado Financeiro de 12 meses

Destaque Financeiro e Operacionais:
 • Margem bruta de R\$39 milhões no 4T22, -13% vs. 4T21, por menor energia vendida e no ano de R\$164 milhões em 2022, -38% vs. 2021, impactado pelo efeito não caixa de repactuação de GSF de R\$ 130 milhões em 2021. Desconsiderando esse efeito, a variação seria de +22% no ano.
 • EBITDA de R\$25 milhões no 4T22, -26% vs. 4T21 e de R\$113 milhões em 2022, -50% vs. 2021. Excluindo o efeito da repactuação de GSF em 2021, essa variação seria de +16% no ano.
 • Lucro líquido de R\$16 milhões no 4T22, -24% vs. 4T21 e no ano, de R\$65 milhões em 2022, -54% vs. 2022, também impactado pelo efeito não caixa de repactuação de GSF.
 • Disponibilidade de 79,29% no 4T22 e 93,73% no 2022.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Com a resiliência do nosso modelo de negócios diversificado e integrado, e suportado por uma estratégia de crescimento sustentável, encerramos o ano de 2022 com um EBITDA de R\$ 11,6 bilhões, 18% acima de 2021, e alcançamos um lucro líquido de R\$ 4,7 bilhões, crescimento de 20% em relação ao ano anterior. Mantivemos nossa disciplina de custos, melhorando em cerca de 100 bps o indicador de eficiência de gastos (Opex / Margem Bruta), refletindo a expansão do nosso portfólio de negócios com ganho de rentabilidade. Além de sólidos resultados, avançamos em duas importantes etapas de nosso plano de otimização de portfólio ainda em 2022: anunciamos a permuta de ativos com a Eletrobras, onde assumiremos 100% do controle da usina hidrelétrica de Dardanelos além das participações residuais da Eletrobras em ativos de nosso controle, em troca das nossas participações nas usinas Baguari e Teles Pires; e realizamos ainda a Oferta Pública de Ações da Neoenergia Pernambuco com a qual passamos a deter 100% das ações da distribuidora. Ancorados em uma estratégia clara de expansão sustentável, em 2022 investimos mais de R\$ 9,9 bilhões em nossas redes de distribuição e transmissão e em energia limpa e acessível, além do desenvolvimento de soluções energéticas inteligentes. Em distribuição, investimos R\$ 5,4 bilhões na expansão, confiabilidade e inteligência de nossas redes, com foco na experiência e aumento da satisfação de nossos 16 milhões de clientes. Dentro do projeto Conexão Digital, entregamos a plataforma de Gestão do Relacionamento (CRM), importante alavanca para a implementação dos novos produtos e serviços, além da completa integração dos canais de atendimento. Na Neoenergia Brasília, concessionária adquirida em março de 2021, alcançamos EBITDA recorde de R\$ 350 milhões e seguimos a trajetória de melhoria nos índices operacionais: desde a aquisição, melhoramos 25% no DEC, 19% no FEC e enquadramos as perdas regulatórias. Avançamos também no plano plurianual de investimentos para a distribuidora, com foco na padronização, melhoria da qualidade do serviço e atendimento dos clientes do Distrito Federal. No segmento de transmissão investimos R\$ 2,6 bilhões, energizamos as linhas de Jalapão (728 km) e Rio Formoso (210 km), ambas com antecipação em relação ao previsto no edital, além da entrega de trechos de outros lotes em construção, totalizando uma Receita Anual Permitida (RAP) adicional de R\$ 200 milhões. Seguimos investindo no crescimento com alta rentabilidade, arrematando os Lotes 2 e 11 do Leilão de Transmissão de junho de 2022. Investimos também na ampliação de nosso parque renovável, antecipando a entrega do Complexo Eólico de Oitís (567 MW), entre os estados do Piauí e da Bahia, que encerrou o ano com 70% da capacidade em operação (comercial + testes). Também demos início à operação de nosso primeiro parque solar, Luzia (149 MWp), na Paraíba, que se destaca pelo pioneirismo no processo de associação com o Parque Eólico Chafariz, na Paraíba, otimizando os custos de transmissão. Para além do desenvolvimento de nossa carteira de projetos renováveis, seguimos trabalhando em parcerias estratégicas para viabilizar novas tecnologias, descarbonização e soluções industriais limpas. Assinamos memorandos de entendimento com empresas e governos estaduais para o desenvolvimento de projetos de hidrogênio verde e eólica offshore, e temos participado ativamente da construção da regulamentação dessas soluções energéticas no país. A sustentabilidade é a base de nosso modelo de negócios e seguimos comprometidos com o meio ambiente e o desenvolvimento socioeconômico dos locais onde atuamos. Buscando assegurar transparência a esse compromisso, divulgamos em julho de 2022 as 16 metas ESG da Neoenergia, tornando públicas as nossas ambições para 2025 e 2030, tais como reduzir as emissões de carbono e aumentar a diversidade em nosso quadro de colaboradores.

Com ações ESG integradas ao dia a dia de nossos negócios, tivemos importantes avanços já em 2022, como por exemplo o aumento de 30% no número de mulheres em nossos times de campo, todas formadas no projeto pioneiro de nossas escolas de eletricistas. Também buscamos direcionar recursos incentivados para soluções inovadoras e de descarbonização, como a usina solar que estamos construindo no reservatório de água de Fernando de Noronha e o Trilha Verde que amplia a mobilidade elétrica na ilha. Projetos que, com recursos de P&D e Eficiência Energética, contribuem efetivamente com a redução do déficit energético da ilha.

Essa atuação sustentável, reconhecida por nossa manutenção no Índice de Sustentabilidade (ISE) da B3 e outros índices de sustentabilidade do mercado, nos permite acesso a linhas de crédito diferenciadas, como por exemplo o contrato de financiamento entre a International Finance Corporation (IFC) e a Neoenergia Coelba: o Super Green Loan, o primeiro concedido a uma distribuidora de energia no mundo e que apresenta condições competitivas e reduz o custo da dívida com o alcance de metas ESG. Realço ainda o comprometimento da Neoenergia com processos sólidos de governança, baseados nas diretrizes do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Fomos reconhecidos pelo segundo ano consecutivo pelo Troféu Transparência, concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), além de figurarmos no 'The Sustainability Yearbook 2022', da S&P. Por fim, destaque que o setor elétrico passa por momento de profundas transformações, com a perspectiva de liberalização total do mercado nos próximos anos. Nos antecipando a essa nova realidade, temos investido não apenas na qualidade do atendimento e na oferta de soluções e serviços aos nossos clientes, mas também no fortalecimento da nossa marca, com ações voltada aos nossos valores e compromissos, como a diversidade e o empoderamento feminino.

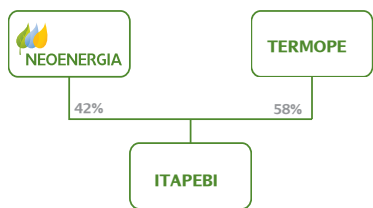
Nesse contexto, reforço o empenho de toda a Neoenergia, com nosso propósito e estratégia de longo prazo, e agradeço a todos os nossos acionistas, clientes e parceiros pela confiança!

Eduardo Capelastegui
 CEO Neoenergia

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGAMA SOCIETÁRIO

A Itapebi foi constituída em fevereiro de 1998 com o objetivo de construir e operar a Usina Hidrelétrica de ITAPEBI, localizada no Rio Jequitinhonha, município de Itapebi, divisa entre os Estados da Bahia (BA) e de Minas Gerais (MG). Sua capacidade instalada é de 462,01 MW, conforme Despacho ANEEL nº 3.095 de 04 de outubro de 2012 e sua Garantia Física é de 209,1 MW, os quais estão destinados ao Ambiente de Contratação Livre - ACL, por meio de um contrato de compra e venda de energia elétrica firmado com a NC Energia S.A.

A Neoenergia detém 42% de participação acionária em Itapebi e os outros 58% são detidos por Termopernambuco - empresa do Grupo Neoenergia.



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

No início de 2022, as projeções para a economia eram marcadas pelas incertezas de um cenário turbulento que estava por vir. De um lado, o fim da crise hídrica e a retomada econômica após a contenção da 2ª onda da pandemia de Covid-19 traziam otimismo para o país, do outro, as eleições presidenciais e seus desdobramentos geravam incertezas e preocupações para o cenário econômico. O Relatório Focú do Banco Central de 31 de dezembro de 2021, projetou para 2022 um PIB (Produto Interno Bruto) praticamente flat em relação ao ano anterior, crescendo apenas 0,36%, e um IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 5,03%, com Taxa Selic de 11,50%, ainda visando conter os impactos da alta inflacionária do ano anterior. O ano confirmou as incertezas da eleição presidencial, que gerou especulações e preocupações acerca das medidas que seriam tomadas, principalmente no âmbito fiscal e seus desdobramentos no futuro da economia. Os confrontos entre a Rússia e a Ucrânia logo no início de 2022 impactaram a economia mundial, elevando o preço dos combustíveis no mundo e tendo reflexos no cenário macro brasileiro. Como medida para conter a inflação, o Banco Central promoveu seguidas altas da Taxa Selic, que encerrou 2021 em 9,25%, chegando a 13,75% no final de 2022. Com isso, a inflação medida pelo IPCA, que chegou a atingir 2 dígitos ao final de 2021, encerrou 2022 com alta acumulada de 5,79%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação ao PIB, a economia encerrou 2022 com perspectiva de crescimento de 3,1%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as projeções de início de ano de crescimento de apenas 0,36%. O índice Ibovespa encerrou 2022 com uma alta de 4,69%, crescimento este menor que a inflação registrada no período, que, de certa forma, reflete a saída de investidores de renda variável em direção a renda fixa, em virtude da maior Selic. Quanto ao consumo de energia, de acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), houve um aumento de apenas 0,3% em relação a 2021. O consumo no ano foi impactado pelas baixas temperaturas e chuvas acima das registradas no ano anterior nas diversas regiões do país.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

Revisão de Garantia Física das UHEs
 Em 2 de dezembro, foi publicada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) a Portaria nº 709/2022, contendo os novos valores de garantia física das usinas hidrelétricas, válidos a partir de 1º de janeiro de 2023. A revisão abrangeu 120 usinas despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), incluindo a Itapebi. Com essa revisão, o novo valor da garantia física da Companhia será de 202,1 MWm, redução de 7 MWm em relação a garantia física vigente (209,1 MWm).

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

A UHE Itapebi apresentou índice de disponibilidade de 79,29% no 4T22 (vs. 96,59% no 4T21), justificado pela inundação na galeria mecânica, devido às fortes chuvas verificadas na Usina no final de novembro, sendo necessário parada emergencial. No ano, a média da disponibilidade foi de 93,73%, abaixo do valor apresentado em 2021 de 99,76%. Já a média dos último 60 meses de operação foi de 95,93%, acima da referência regulatória de 94,00%. No trimestre, Itapebi gerou 289,9 GWh (vs. 292,1 GWh no 4T21). Já em 2022, a usina gerou 1.091,7 GWh (vs. 775,3 GWh no 2021).

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

DRE (R\$ MM)	4T22	4T21	Variação		2022	2021	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	46	53	(7)	(13%)	193	207	(14)	(7%)
Custos com Energia	(7)	(8)	1	(13%)	(29)	58	(87)	(150%)
MARGEM BRUTA	39	45	(6)	(13%)	164	265	(101)	(38%)
Despesa Operacional	(14)	(11)	(3)	27%	(51)	(37)	(14)	38%
EBITDA	25	34	(9)	(26%)	113	228	(115)	(50%)
Depreciação	(7)	(8)	1	(13%)	(28)	(31)	3	(10%)
Resultado Financeiro	(3)	(2)	(1)	50%	(17)	(13)	(4)	31%
IR/CS	2	(3)	5	167%	(3)	(44)	41	(93%)
LUCRO LÍQUIDO	16	21	(5)	(24%)	65	140	(75)	(54%)

No 4T22, a Itapebi registrou margem bruta de R\$39 milhões, 13% abaixo do 4T21, decorrente, principalmente, do menor volume de energia alocada junto à Neoenergia Comercializadora (NC) (129 MWm no 4T22 vs. 182 MWm no 4T21), parcialmente compensado por um maior preço de venda (178 R\$/MWh 4T22 vs. 175 R\$/MWh 4T21), corrigido pelo IPCA em janeiro de 2022. No ano, a margem bruta foi de R\$164 milhões vs. R\$ 265 milhões em 2021. Essa variação é explicada pelo efeito não caixa de repactuação de GSF, com efeito positivo de R\$ 130 milhões no resultado de 2021 e pela sazonalização do contrato de venda com a NC. Desconsiderando esse efeito não caixa, a variação da margem bruta seria de +R\$29 milhões entre os períodos.

As despesas operacionais totalizaram R\$14 milhões no 4T22, +27% vs. 4T21 e R\$51 milhões em 2022, +38% vs. 2021, explicado, principalmente, pelo reajuste por inflação, além do aumento de atividades de O&M na Usina. Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA encerrou o 4T22 em R\$25 milhões, redução de R\$9 milhões quando comparado ao 4T21. No ano, o EBITDA atingiu R\$113 milhões, -50% vs. 2021. Desconsiderando os impactos da repactuação do GSF, o EBITDA apresenta crescimento de +16% em 2022. O lucro líquido no 4T22 foi de R\$16 milhões, 24% abaixo do registrado no 4T21, e no ano de R\$65 milhões, -54% vs. 2021.

6. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Resolução:

EBITDA (R\$ MM)	4T22	4T21	Variação		2022	2021	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	16	21	(5)	(24%)	65	140	(75)	(54%)
Despesas financeiras (B)	(3)	(3)	-	-	(17)	(16)	(1)	6%
Receitas financeiras (C)	2	1	1	100%	8	3	5	167%
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	(2)	(1)	(1)	100%	(8)	0	(8)	-
Imposto de renda e contribuição social (E)	2	(3)	5	167%	(3)	(44)	41	(93%)
Depreciação e Amortização (F)	(7)	(8)	1	(13%)	(28)	(31)	3	(10%)
EBITDA = A - (B + C + D + E + F)	25	34	(9)	(26%)	113	228	(115)	(50%)

7. RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (R\$ MM)	4T22	4T21	Variação		2022	2021	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	1,5	0,5	1,0	200%	5,8	1,6	4,2	263%
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(3,4)	(2,0)	(1,4)	70%	(12,5)	(4,0)	(8,5)	213%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(1,6)	(0,5)	(1,1)	220%	(9,8)	(10,6)	0,8	(8%)
Variações monetárias e cambiais - outros	0,3	(0,1)	0,4	400%	0,8	(0,2)	1,0	500%
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(0,8)	(0,6)	(0,2)	33%	(4,0)	(4,1)	0,1	(2%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(1,1)	0,2	(1,3)	(650%)	(6,7)	(6,3)	(0,4)	6%
Total	(3,4)	(2,0)	(1,4)	70%	(16,6)	(13,0)	(3,6)	28%

O resultado financeiro foi de -R\$3,4 milhões no 4T22 vs. -R\$2,0 milhões no 4T21. Essa variação se deve ao pior resultado do serviço da dívida por conta do aumento do CDI, parcialmente compensado pela maior rentabilidade das aplicações financeiras. Pela mesma razão, o resultado financeiro no ano apresentou variação de -R\$13,0 milhões em 2021 para -R\$16,6 milhões em 2022.

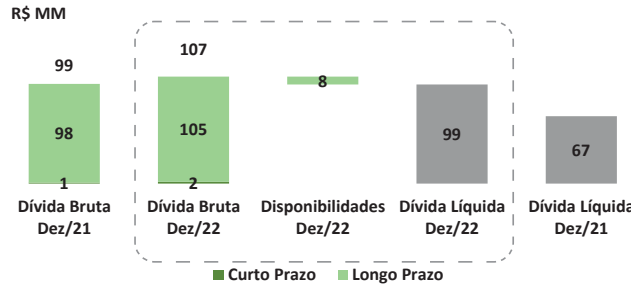
8. INVESTIMENTOS

Em Itapebi foram investidos R\$8,4 milhões no 4T22, aumento de R\$4,3 milhões vs. 4T21. No ano, os investimentos totalizaram R\$17,7 milhões em 2022, -R\$118,3 milhões vs. 2021. Essa redução é explicada pelo reconhecimento do ativo intangível decorrente do acordo GSF no valor de R\$ 130,2 milhões em 2021.

9. ENDIVIDAMENTO

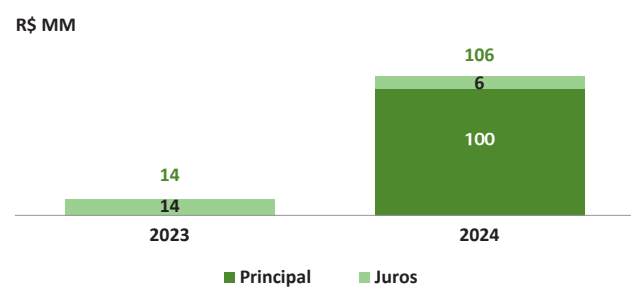
9.1. Posição de Dívida

Em dezembro de 22, a dívida líquida de Itapebi, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 99 milhões (dívida bruta de R\$ 107 milhões), apresentando um crescimento de 47% (R\$ 32 milhões), em relação a dezembro de 21. Em relação a segregação do saldo devedor, a Companhia possui 98% da dívida contabilizada no longo prazo e 2% no curto prazo.



9.2. Cronograma de amortização das dívidas

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2022.



10. OUTROS TEMAS

10.1. Práticas de Gestão

10.1.1. Remuneração de Acionistas

Itapebi possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Companhia (https://www.neoenergia.com/pt-br/governanca-corporativa/sistema-de-governanca-corporativa/Paginas/politicas-governanca-corporativa.aspx)

Em 2022, a Companhia deliberou os seguintes proventos:
 (i) Dividendos de R\$ 23.200 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2022 e pagos em 24 de maio de 2022;
 (ii) Dividendos de R\$ 86.627 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2022 e pagos parcialmente R\$ 50.000 mil em 16 de agosto de 2022 e 36.627 mil em 22 de dezembro de 2022;
 (iii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 10.390 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 21 de junho de 2022 e pagos em 22 de dezembro de 2022;
 (iv) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 9.995 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 23 de dezembro de 2022 e com previsão de pagamento até 31 de dezembro de 2023.
 A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2022 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2023.

10.1.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplica a todas as empresas do grupo. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo. A estrutura societária e de governança do grupo Neoenergia, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada. O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Itapebi reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do Estatuto Social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Itapebi. O Sistema de Governança e Sustentabilidade, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos-chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências. A estrutura de governança é composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, responsáveis pela tomada de decisão da Companhia, conforme abaixo.

Conselho de Administração

Integrado atualmente por quatro representantes titulares, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho de Administração incluem a orientação geral dos negócios da Companhia e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria dos membros.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Conselho Fiscal

Com função independente, quando instalado, é composto por três membros titulares e igual número de suplentes. O Conselho Fiscal não funciona em caráter permanente e se instala a pedido de acionistas, sempre que necessário. Atualmente, não há Conselho Fiscal instalado. Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles; (ii) certificação das informações por parte dos principais Executivos. A certificação ocorre para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras e não financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executadas da forma adequada.

10.1.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Estrutura Política de Recursos Humanos que tem o objetivo de definir, elaborar e difundir um modelo de gestão de recursos humanos que permita atrair, impulsionar, fidelizar e reter o talento. Também é finalidade fomentar o crescimento pessoal e profissional dos empregados do grupo, tornando-os participantes de seus projetos de sucesso empresarial e garantindo um trabalho digno e seguro, em um ambiente diversificado e inclusivo.

Ao longo de 2022, o Grupo Neoenergia continuou investindo em formação, viabilizando a realização de 1.369.545,83 horas de formação, ultrapassando em 4,7% o ano anterior. Nosso ganho foi maior pois ampliamos a possibilidade de aprendizagem interna reforçando os canais digitais e online, além de focar para desenvolvimento de educadores internos. Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, formando 723 eletricistas. Esse ano, possuímos em nosso quadro 375 mulheres na posição de eletricista, confirmando nossa crença na igualdade de gênero. Saúde e Segurança, Diversidade, Cibersegurança, Ética, Foco no Cliente e Sustentabilidade, foram os temas que fizeram parte da agenda Neoenergia. Cada um destes temas teve um mês de atividades voltadas para discussão através de palestras realizadas online e aberta para todos os colaboradores. Falou-se sobre autocuidado, ética e inovação, engenharia social e golpes no whatsapp, finanças sustentáveis, mercado de carbono, empregabilidade diversa e vários outros foram tratados ao longo do ano, reforçando a cultura e o compromisso da Neoenergia com as metas ESG. Para o tema Voluntariado, em 2022, o Programa registrou 3.234 participações voluntárias engajadas em 35 oportunidades em todo o país, abrangendo todas as empresas. Alguns destaques:

- Arrecadação de mais de 150 mil unidades de absorventes femininos;
- Ensinando Profissões (palestras focadas em contribuir para os jovens) de qualidade para as crianças em cinco estados impactando mais de 700 pessoas;
- Campanha de doação de roupas: arrecadação de mais de 23 mil peças para 64 instituições beneficiárias;
- Operação quilo: doação de mais de 28 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 96 ONGs beneficiárias;
- Dia Internacional do Voluntariado IberoLerdal: em 2022, marcado pelo retorno das atividades presenciais, contando com 2.065 participações de colaboradores em todas as empresas da Neoenergia, mais de 14 ONGs e 2 mil pessoas impactadas direta e indiretamente. Outra ação voluntária foi o Esporte Solidário, pelo qual os colaboradores da Neoenergia utilizaram um aplicativo de celular para registrar caminhada, corridas e pedaladas, alcançando mais de 12 mil quilômetros, que foram convertidos em doações de 600 pares de tênis para cinco instituições que atendem crianças e jovens nos estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Norte e no Distrito Federal. Na atividade "Eu cuido do meu quadrado", os voluntários fizeram ações limpeza com sua família nas proximidades de casa, recolhendo mais de 1,5 tonelada de lixo das ruas;
- Montagem de Skate: durante a Convenção de Lideres, mais de 100 líderes mostraram energia máxima na montagem de 50 skates que foram doados para crianças e jovens da instituição Esporte e Vida;

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 02.397.080/0001-96 | CVM nº 01936-4 | Companhia Aberta

• **Árvore da Solidariedade:** A campanha tradicional de Natal aconteceu na Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo, onde os voluntários se mobilizaram e entregaram mais de 2.495 presentes para crianças atendidas em cerca de 35 ONGs das áreas de concessão. Em 2022, adotamos o trabalho híbrido como opção para os colaboradores que exercem atividades compatíveis com esse modelo. Nossa experiência durante a pandemia nos mostrou que com essa possibilidade é possível agregar qualidade de vida aos times, sem perda de produtividade, além de alinhar a Neoenergia à realidade do mercado de trabalho. 2022 foi um ano de grandes desafios e realizações, mas contamos com times engajados e comprometidos com a qualidade do serviço prestado às comunidades, onde atuamos. É gratificante ver os resultados atingidos com o empenho de todos os colaboradores da Neoenergia. E com essa mesma força e determinação seguiremos em 2023.

11. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

11.1. ESG
A estratégia e o modelo de negócio da Neoenergia foram desenhados antecipando o papel que o setor elétrico pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e na criação de oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental. A estratégia de desenvolvimento sustentável alinhada com a implementação de um projeto empresarial que visa à criação de valor de forma sustentável tendo como principais referências seu Propósito e Valores, e o respeito aos Direitos Humanos. A companhia vinculou sua estratégia de negócios e sustentabilidade aos ODS desde sua definição e, em 2018, aprovou a reformulação do seu Sistema de Governança Corporativa cujo principal objetivo era formalizar o compromisso do grupo com essa agenda, destacando a contribuição para o cumprimento do dividendo social gerado pela sua atividade empresarial. A Neoenergia concentra seus esforços nos ODS nos quais sua contribuição é mais relevante: no fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7) e na ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). A empresa mantém compromisso, ainda, com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável dos negócios: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17). A companhia segue signatária dos dez princípios do Pacto Global, desde 2007, com uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção. Como parte dessa evolução contínua, em 2022 o Grupo assumiu 16 metas ESG para os anos 2025 e 2030. Com esses compromissos, a companhia específica o seu empenho em dar transparência a objetivos relevantes e mensuráveis, que representam os aspectos prioritários na sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. Com muito orgulho, divulgamos os resultados alcançados nesses indicadores em 2022 e os targets para 2025.

Metas ESG	Parâmetros	2022	2025	2030	
E	Emissões	Emissões de gCO2/kWh na geração (escopo 1)	1	36	20
	Eletrificação da frota	Incremento do % de veículos leves próprios eletrificados na frota Neoenergia	8%	13%	50%
	Financiamento sustentável	Revisão anual e atualização do framework de financiamento verde da empresa	✓	Manter prática vigente	
	Digitalização de redes	% redes de AT e MT digitalizadas	74,5%	83%	90%
	Mulheres em posições relevantes	Presença de mulheres nas posições de Diretoria e Superintendência	28,3%	29,10%	31,80%
M	Mulheres em postos de liderança	Presença de mulheres em postos de liderança nas posições de Diretoria, Superintendência e Gerência.	28,8%	30%	35%
	Mulheres formadas eletricistas	% de mulheres formadas nas escolas de eletricistas	36,7%	30%	35%
	Mulheres em postos de eletricista	% de mulheres em postos de eletricistas	5,6%	9%	12%
	Diversidade racial	% de pretos e pardos nas posições de Diretoria, Superintendência e Gerência e Supervisão	30%	20%	25%
S	Contribuição com a comunidade	Voluntariado corporativo (número de pessoas)	3.501	2.321	2.623
	Segurança (ISO 45001)	% trabalhadores próprios lotados em sites certificados pela ISO45001	48%	40%	42%
	Segurança	Número de acidentes de trabalho com e sem afastamento (equipe própria)	0,26	0,43	0,39
	Formação	Média de horas para formação de colaboradores e de profissionais das comunidades onde atuamos	89,2	67	70
F	Fornecedores	% de fornecedores relevantes classificados como sustentáveis	75%	80%	85%
	Remuneração variável ESG	% da remuneração variável para incentivo de longo prazo atrelada a ESG	30%	30%	33%
G	Governança	Melhores práticas de governança empresarial	✓	Manter prática vigente	

Nota: Em 2022 a intensidade de emissões atípica verificada se deve ao fato da Usina Termopernambuco, movida a gás natural, não ter operado. Nesse ano, o uso do gás e suas emissões associadas corresponde às atividades internas de teste de operação e manutenção das máquinas. A execução da estratégia ESG da Neoenergia gira em torno de três pilares, reforçando que os temas estão integrados ao modelo de negócios da companhia:

- Desempenho ambiental, o combate à mudança climática e a preservação e recuperação da biodiversidade, por meio das políticas de meio ambiente;
 - Compromisso social, que se manifesta nas políticas sociais;
 - Normas e políticas de governança corporativa, de acordo com melhores práticas de mercado.
- Dessa forma, a Neoenergia busca garantir que todas as atividades corporativas e de negócios se comprometam e promovam a criação de valor sustentável para todos os públicos de interesse (clientes, acionistas, empregados, contratados de terceiros, fornecedores, órgãos reguladores, governos e comunidades impactadas pelos seus negócios), retribuindo de forma equitativa a todos aqueles que contribuem para o êxito de seu projeto.

As práticas sustentáveis da Neoenergia, integradas ao seu modelo de negócio, destacam a companhia e permitem o seu posicionamento em importantes índices e ratings de sustentabilidade e governança. Em 2022, a companhia integrou pelo terceiro ano consecutivo a carteira do FTSE4 Good Index Series e do Índice de Sustentabilidade Empresarial, da B3. A Neoenergia também, integra o The Sustainability Yearbook, da S&P e foi destaque no CDP, com score A- em Mudanças Climáticas e B em Segurança Hídrica.

11.2. Inovação

A inovação é prioritária para a Neoenergia garantir a sustentabilidade, a eficiência, a competitividade e manter-se na vanguarda do desenvolvimento de produtos, serviços e modelos de negócios que permitem enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades de transformação do setor elétrico. A companhia entende a inovação como um processo descentralizado, aberto e coerente em todas as unidades de negócios. A estratégia de inovação se alinha à estratégia de desenvolvimento sustentável assumida pela Neoenergia, com foco no fomento das energias renováveis, no aproveitamento das oportunidades que possibilitem a digitalização e a automação de seu negócio, assim como na aposta em tecnologias emergentes e no impulso à transformação digital de seus negócios de forma a contribuir à realização do nono e décimo primeiros dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável aprovados pela Organização das Nações Unidas ("ODS"). A governança do processo de inovação tem o apoio da plataforma colaborativa Go In, implantada em 2021, como solução tecnológica para a gestão do portfólio de inovação e que estimula a diversidade de ideias para buscar soluções promissoras para os negócios da companhia e do setor elétrico.

Durante 2022, a Neoenergia investiu em P&D-H um total de R\$ 164,3 milhões. Os esforços da companhia estão organizados em torno de cinco grandes eixos alinhados com os vetores fundamentais da transformação do setor de energia, da descarbonização e da eletrificação da economia:

- Tecnologias disruptivas cada vez mais eficientes, sustentáveis e ecologicamente corretas que otimizam o funcionamento de instalações e processos. Hidrogênio verde, energias renováveis inovadoras, mobilidade sustentável, redes inteligentes, armazenamento e eletrificação de sistemas térmicos que contribuem para a transformação industrial com foco na sustentabilidade;
 - Novos produtos e serviços competitivos que respondem às necessidades dos clientes, com maior personalização de conteúdo e ofertas;
 - Digitalização e automação em todos os negócios e processos com a utilização de tecnologias como, internet das coisas (IoT), realidade virtual e aumentada, big data, inteligência artificial, machine learning e ferramentas de fácil uso como Power BI e Power Apps;
 - Inovação com startups, empreendedores e fornecedores com o objetivo de desenvolver novos modelos de negócio e impulsionar inovações incrementais à disruptivas;
 - Cultura de inovação e talento como base para os pilares de transformação da organização.
- Em 2022, a Neoenergia participou do Inova 2030 – Jovens Inovadores em ODS, programa realizado pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo. Em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC) e Liga de Empreendedores, a iniciativa busca identificar e desenvolver jovens intraempreendedores e acelerar ideias com potencial transformador para colaborar com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Cabe ressaltar a inauguração do Lab Neoenergia, iniciativa conduzida com alunos bolsistas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFERN), tutorados tecnicamente por professores e colaboradores da Neoenergia para entender e propor soluções tecnológicas que solucionem problemáticas apresentadas pela companhia. Destaca-se ainda, o reconhecimento em um dos maiores rankings de inovação no Brasil, o TOP 100 Open Corps 2022. A premiação, realizada pela 100 Open Startups, identifica as corporações que mais praticaram inovação aberta com startups no país. Entre julho/2021 e junho/2022, a Neoenergia se relacionou com mais de 47 startups. A startup Automa, vencedora do Startup Challenge de Perdas Não-Técnicas, está desenvolvendo uma solução customizada e integrada de Gêmeos Digitais, que se fundamenta no uso de drones, visão computacional e inteligência artificial. A startup Dispor Energia, selecionada por meio da Chamada Cidade Zero Carbono, lançada pelo Município de Salvador e o SENAI CIMATEC, realiza uma PoC (Proof of Concept) que busca o engajamento ao consumo consciente via inteligência em medidores para gerar créditos ambientais. Ainda no tema de consumo consciente, o projeto piloto Plataforma Educativa de Consumo Consciente, em parceria com a Smartkids, visa a mudança de hábito de consumo através do monitoramento em tempo real e conteúdo educativo. Outro projeto relevante de inovação aberta é o Coralizar, que conta com a participação da startup Biofábrica de Corais. Esta iniciativa formada entre a WWF-Brasil e o Instituto Neoenergia, tem como o objetivo tornar a restauração, a manutenção e a adaptação dos recifes de corais uma agenda prioritária no Brasil. Enfatiza-se projeto também conduzido pelo Instituto Neoenergia, o Balção de Ideias e Práticas Educativas, que por meio da inovação social promove a educação em diversas cidades dentro das áreas de atuação do Grupo.

11.3. Educação e Cultura

No âmbito da educação, tem destaque o projeto **Balcão de Ideias e Práticas Educativas**, que, sob gestão do Instituto Neoenergia, capacitou 983 profissionais de educação, entre professores e gestores escolares, das redes de ensino de 13 municípios nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia e São Paulo. Em 2022, o projeto apoiou a criação e implementação de cursos tutorados com foco na educação infantil, ensino fundamental e formação de gestores escolares, além da cocriação de práticas educativas e planos de formação que tenham como foco o desenvolvimento de competências da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Na linha de educação e capacitação para o desenvolvimento territorial, desenvolvemos o projeto **Ventos da Mudança**, uma parceria inovadora entre Neoenergia Renováveis e a Rio Energy com o Centro Técnico de Educação Profissional do Sertão Produtivo (Cetep), escola técnica

localizada em Caetité (BA), para contribuir com a formação cidadã e profissional de jovens locais, que possuem escassez de oportunidades para realizar atividades extracurriculares, essenciais para aqueles que estão cursando a formação técnica. Foi criado um calendário pedagógico em conjunto com o Cetep, que envolve Grupos de Trabalho em Educação Ambiental e Juventudes, Atividades Teóricas Práticas em Educação Ambiental e Visita Guiada aos parques ecológicos, junto a rodas de conversa com profissionais de ambas as empresas sobre carreira, mercado de trabalho e profissão. Em 2022, foram contemplados mais de 100 estudantes. Ainda na região, foram realizados, dentro do projeto **Energia Produtiva de Caetité**, cursos de capacitação digital para estudantes dos cursos técnicos do Centro Territorial De Educação Profissional do Sertão Produtivo, que envolveram também pessoas das comunidades vizinhas, visando facilitar o acesso ao mercado de trabalho empreendedorismo local.

O público jovem também foi destaque nas atividades do **Programa Jovem Empreendedor Rural**, curso de empreendedorismo rural e protagonismo social, para jovens que vivem em comunidades rurais da região dos parques ecológicos da Paraíba e do Rio Grande do Norte, e que certificou 47 alunos que apresentaram propostas sustentáveis de negócios nas comunidades onde vivem. A iniciativa faz parte do Programa SER – Saúde, Educação e Renda, idealizada pela Neoenergia, com o apoio do Instituto Neoenergia, e executado desde 2020 pela Agência de Desenvolvimento Econômico Local (ADEL), com recursos do subcrédito social do BNDES. A iniciativa atua em pilares que impactam diretamente no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) das regiões dos parques ecológicos e linhas de transmissão, atendendo aos três eixos do Índice e que também representam a sigla do projeto: Saúde, Educação e Renda.

Pensando na criação de oportunidades de **capacitação profissional gratuita**, a Neoenergia desenvolve a Escola de Eletricistas, que apoia a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia elétrica da companhia – Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo e Distrito Federal. A escola promove a formação e capacitação de futuros profissionais, que, ao concluírem o programa, se tornam aptos a exercer a função de eletricista de forma técnica e precisa. Com o compromisso de promover a **igualdade de gênero**, desde 2019, a companhia oferece turmas exclusivas para mulheres em edições especiais dos cursos, quebrando o paradigma de que ser eletricista é uma profissão masculina. Com a evolução do projeto, as turmas passaram a ser mistas, comprovando a possibilidade feminina de ocupar espaços antes predominantemente masculinos. Isso fomentou o crescimento de mulheres em seu quadro de eletricistas com excelentes resultados.

Na esfera **cultural**, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como:

- (i) o edital Transformando Energia em Cultura, no Rio Grande do Norte, Bahia e Distrito Federal, ampliando a participação para 42 projetos dirigidos para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira e contribuindo com os ODS 4, 8, 11 e 17. Além disso, o Instituto atuou no acompanhamento dos 25 projetos selecionados em 2021 com execução em 2022, por meio de sua Central de Edições;
- (ii) a 2ª edição do Prêmio Inspirar, edital dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas que atuam com projetos de Arte e Cultura, foi ampliada para todas as áreas de concessão da Neoenergia;
- (iii) o Programa de Iluminação Cultural foi desenvolvido em nova fase dirigida para as riquezas do patrimônio histórico do interior brasileiro. Foi à vez do Theatro Cinema Guarany, edificação icônica e centenária localizada em Triunfo, no sertão pernambucano. Além da iluminação cênica inaugurada em dezembro de 2022, o programa atuou em duas frentes ao longo de 2022: ação de educação patrimonial para 14 escolas públicas, beneficiando a mais de 400 estudantes, e intervenção cultural para a comunidade durante sua inauguração, envolvendo mais de 100 artistas, produtores culturais e negócios locais, estimulando a geração de trabalho e renda;
- (iv) a Caravana Energia que Transforma, continuou a desenvolver atividades com foco em ações formativas para gestores socio-culturais de diversos estados brasileiros.

Além dos módulos online, em 2022, foi realizado o primeiro evento presencial: "Trilhas da Caravana, caminhos para uma boa gestão", um momento de troca e networking para 40 participantes do setor cultural do DF;

(v) o Instituto, em parceria com a Termopernambuco, apoiou o primeiro projeto parte do Resgatando a História, maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil, idealizado pelo BNDES, que conta com o apoio de grandes empresas brasileiras. A Termopernambuco destinou R\$ 2 milhões à Reforma de imóvel para requalificar o Portomídia, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, a ser executado entre os anos de 2023 e 2025. Inserido no conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do bairro do Recife, a edificação tombada pelo IPHAN será reformada e ampliada para fortalecer seis cadeias de negócios de economia criativa dirigidas à tecnologia como games, cinevideoanimação, multimídia, design, fotografia e música;

(vi) o Oficinas Culturais e Artísticas (OCA) ofereceu 240 vagas para jovens de 16 a 24 anos e mulheres em situação de vulnerabilidade social, das cidades de Campos do Jordão, Santa Isabel e Capão Bonito, no estado de São Paulo. Com ações de formação nos campos da economia criativa- cultura digital, design de moda e de produto, o projeto promoveu possibilidades de geração de trabalho e renda. A iniciativa é desenvolvida com recursos do ProAC – Programa de Ação Cultural de São Paulo;

(vii) o Entre o Céu e a Favela, apoiado por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro, atua há 10 anos no Morro da Providência, região vulnerável na zona portuária do Rio de Janeiro, desenvolvendo oficinas multidisciplinares no contraturno escolar de crianças e jovens da comunidade, além de oficinas profissionalizantes para as mães dos beneficiados.

11.4. Instituto Neoenergia

Em um ano de resiliência e crescimento, o Instituto Neoenergia ampliou seus projetos, garantindo resultados expressivos e alcançando o propósito buscado, de melhorar a vida das pessoas e do planeta. Em conjunto com seus parceiros, as iniciativas reforçaram o compartilhamento de saberes, a preservação de espécies e ecossistemas marinhos, a promoção da diversidade cultural brasileira e o impulsionamento do desenvolvimento humano. Em sinergia com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), os impactos positivos são visíveis a milhares de vidas beneficiadas.

Dentre os cinco pilares de atuação do Instituto – Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional, foram realizadas iniciativas que promoveram a diferença durante o ano de 2022, em 12 estados brasileiros e no Distrito Federal.

11.5. Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2022, foram investidos R\$ 2,64 milhões no Programa de P&D ANEEL, sendo R\$ 1,22 milhão em desenvolvimento de projetos da Neoenergia Itapebi, R\$ 0,79 milhão destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), R\$ 0,39 milhão ao Ministério das Minas e Energia (MME) e R\$ 0,24 milhão destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Seguem destaques dos projetos desenvolvidos pela Neoenergia Itapebi:

- Hidrogênio Verde

Considerado o combustível do futuro, o Hidrogênio Verde é a principal aposta para atender à crescente demanda por energia limpa, oferecendo soluções inovadoras para o mercado brasileiro. Investir nessa tecnologia é se posicionar na vanguarda e contribuir com a descarbonização e o desenvolvimento sustentável do país. No projeto de P&D de **Hidrogênio Verde** será implantado uma solução de produção local de hidrogênio verde, a partir de energia solar fotovoltaica para atendimento da demanda interna de resfriamento de turbogeradores, aplicação em empilhadeira e em mobilidade elétrica (abastecimento veicular).

- SIAE

Em 2022, foi concluído o projeto de **P&D Sistema Inteligente de Armazenamento Energia (SIAE)**, que consiste em um sistema de armazenamento com baterias de íons de lítio, utilizado para otimização do despacho dos geradores da usina termoeletrica Tubarão, em Fernando de Noronha, considerando a existência de usinas solares centralizadas e geração distribuída na ilha

- Hidrodigital

O projeto de P&D Hidrodigital desenvolverá instrumentos regulatórios para o incentivo da melhoria da performance da operação de usinas hidrelétricas existentes, por meio da avaliação, com técnicas de inteligência artificial, dos dados fornecidos por sensores instalados nas turbinas hidráulicas. Espera-se, com os resultados do projeto, um incremento da geração anual de energia e/ou capacidade de reserva.

- Mexilhão Dourado

O projeto de P&D Mexilhão Dourado desenvolve tecnologia para controle populacional do mexilhão dourado presente em reservatórios de usinas hidrelétricas, através do desenvolvimento de organismos triploblásticos (invertebrados), com o objetivo de obter um declínio populacional da espécie, evitando assim a incrustação e entupimento em áreas tais como a tomada d'água da usina e em equipamentos tais como filtro principal, trocadores de calor dos mancais, grades e radiadores de ar dos geradores.

- Segurança de Barragens

O projeto de P&D **Segurança de Barragens** desenvolve sistema inovador georreferenciado para gestão inteligente, em tempo real, do Plano de Segurança de Barragens (PSB), que funciona como apoio à tomada de decisão, a partir de análises de risco dos empreendimentos e de consistência de dados

12. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte") firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 (sessenta) meses. Em 2022, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 137.829,60 referentes à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$ 6.806,40 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como Relatório de Controle Patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

13. BALANÇO SOCIAL

O Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa referente ao ano de 2022 será publicado até 31 de março de 2023 no site da companhia (www.neoenergia.com). A Neoenergia divulga seu desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança anualmente, desde 2004, quando publicou seu primeiro Relatório Anual, como forma de demonstrar seu compromisso com a transparência e um modelo de crescimento sustentável. A partir de 2010, passou a elaborar o relatório com base nas normas da Global Reporting Initiative (GRI), além de seguir o Manual de Elaboração de Relatório Socioambiental e Econômico-Financeiro da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Desde 2020, também considera as orientações do International Integrated Reporting Council (IIRC) e os padrões Sustainability Accounting Standards (SASB) para o setor elétrico, e as recomendações contidas no Corporate Sustainability Assessment (CSA), da S&P Global, para o Dow Jones Sustainability Index (DJSI). A partir de 2021, o relatório adicionou as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD, ou Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela ITAPEBI Geração de Energia S.A. ("ITAPEBI"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da ITAPEBI e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da ITAPEBI.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da ITAPEBI sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)				DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)				BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)			
	Nota	2022	2021		2022	2021		Nota	2022	2021	
Receita operacional, líquida	3	193.167	206.601	Fluxo de caixa das atividades operacionais	65.480	139.581	Ativo Circulante				
Custos dos serviços		(69.523)	21.603	Lucro líquido do exercício			Caixa e equivalentes de caixa	8	7.953	31.209	
Custos com energia elétrica	4	(29.336)	57.860	Ajustado por:			Contas a receber de clientes e outros	9	20.133	21.833	
Custos de operação	5	(40.187)	(36.257)	Depreciação e amortização	28.395	30.952	Contas a receber de operações de mútuo	10	-	31.347	
Lucro bruto		123.644	228.204	Baixa e/ou alienação de ativos não circulantes	-	109	Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	1.138	3	
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(39.001)	(32.140)	Tributos sobre o lucro	2.601	43.538	Outros tributos a recuperar		808	883	
Lucro operacional		84.643	196.064	Resultado financeiro, líquido	16.562	12.945	Outros ativos circulantes		5.683	4.350	
Resultado financeiro	6	(16.562)	(12.945)	Outros	-	1.938	Total do circulante		35.715	89.625	
Receitas financeiras		7.679	3.187	Ressarcimento do risco hidrológico - GSF	-	(95.056)	Não circulante				
Despesas financeiras		(16.580)	(16.138)	Alterações no capital de giro:			Instrumentos financeiros derivativos	14.3	27.277	44.195	
Outros resultados financeiros, líquidos		(7.661)	6	Contas a receber de clientes e outros	1.700	7.334	Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	3.014	902	
Lucro antes dos tributos		68.081	183.119	Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	5.166	2.976	Depósitos judiciais	16.1	7.311	6.407	
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(2.601)	(43.538)	Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(566)	(257)	Outros ativos não circulantes		-	2.244	
Corrente		(6.249)	(14.242)	Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(4.013)	(7.800)	Direito de uso		416	997	
Diferido		3.648	(29.296)	Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(4.179)	(11.031)	Imobilizado	11	385.746	385.178	
Lucro líquido do exercício		65.480	139.581	Outros ativos e passivos, líquidos	(9.895)	(3.097)	Intangível	12	161.623	172.270	
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:	17.2.a	0,32	0,69	Caixa líquido proveniente das operações	101.251	122.132	Total do não circulante		585.387	610.173	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Encargos de dívidas pagas	(4.047)	(4.183)	Total do ativo		621.102	699.798	
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)		2022	2021	Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(7.770)	1.043	Passivo				
Lucro líquido do exercício		65.480	139.581	Rendimento de aplicação financeira	5.770	1.639	Circulante				
Outros resultados abrangentes				Pagamento de juros – Arrendamentos	(85)	(240)	Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	13	17.895	13.559	
Itens que serão reclassificados para o resultado:				Tributos sobre o lucro pagos	(7.723)	(12.343)	Empréstimos e financiamentos	14.2	525	538	
Perdas em Hedge de fluxo de caixa		(7.710)	(17.249)	Recebimento de juros - operações de mútuo com controladora	2.454	-	Passivo de arrendamento		404	1.048	
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes		2.621	2.490	Caixa gerado pelas atividades operacionais	89.849	108.048	Instrumentos financeiros derivativos	14.3	1.242	533	
Transferências de impactos realizados para o lucro líquido		-	9.925	Fluxo de caixa das atividades de investimentos			Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	11.338	11.904		
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado		(5.088)	(4.834)	Aquisição de imobilizado e intangível	(17.691)	(7.788)	Tributos sobre o lucro a recolher	7.1.3	-	224	
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos		(5.088)	(4.834)	Recebimento (aplicação) de principal - operações de mútuo com controladora	30.000	(30.000)	Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.3.1	11.008	12.486	
Resultado abrangente do exercício		60.392	134.747	Caixa gerado (consumido) nas atividades de investimentos	12.310	(37.788)	Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	15	3.588	3.129	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 02.397.080/0001-96 | CVM nº 01936-4 | Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de Capital		Reservas de Lucros		Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2021	202.525	18.182	52.987	7.667	-	86.627	1.687	369.675
Resultado abrangente do exercício:								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	65.480	65.480
Outros resultados abrangentes (nota 17.3)	-	-	-	-	-	(5.088)	-	(5.088)
Transações com os sócios:								
Remuneração aos acionistas (nota 17.2.b)	-	-	-	-	(86.627)	-	-	(86.627)
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reservas de lucros (nota 17.4)	-	-	12.751	-	-	-	(12.751)	-
Remuneração aos acionistas (17.2.b)	-	-	-	-	32.344	-	(52.729)	(20.385)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	202.525	18.182	65.648	7.667	-	32.344	(3.401)	323.056
Saldos em 31 de dezembro de 2020	202.525	18.182	36.992	7.667	17.399	57.477	6.521	346.762
Resultado abrangente do exercício:								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	139.581	139.581
Outros resultados abrangentes (nota 17.3)	-	-	-	-	-	-	(4.834)	(4.834)
Transações com os sócios:								
Remuneração aos acionistas (nota 17.2.b)	-	-	-	(17.399)	(57.477)	-	-	(74.876)
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reservas de lucros (nota 17.4)	-	-	15.995	-	-	-	(15.995)	-
Remuneração aos acionistas (nota 17.2.b)	-	-	-	-	86.627	-	(123.586)	(36.959)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	202.525	18.182	52.987	7.667	-	86.627	1.687	369.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. ("ITAPEBI" ou "Companhia") é uma empresa do Grupo Neoenergia localizada no município de Itapebí, no estado da Bahia, detentora da concessão federal para construir e explorar a Usina Hidrelétrica de Itapebí, tendo firmado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público, em 1999, para exploração da referida área. A Companhia mantém transações relevantes com empresas do grupo Neoenergia e segue o plano de negócios da controladora final Neoenergia S.A. na condução de suas operações, onde sua receita de fornecimento de energia é integralmente oriunda de transações com a comercializadora do grupo com contrato vigente até dezembro de 2023. A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 19.608, e prevê que a geração de caixa adicional será suficiente para equalizar o CCL negativo. Caso necessário, os acionistas se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. 1.1 **Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.1.1 **Gestão de Riscos Financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alcadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remunerar carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e • Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'. A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de swap e a termo
Risco de mercado – Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuários, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a LIBOR ¹⁰ e CDI.	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia

(1) O Grupo está em processo de transição da taxa de juros de referência LIBOR para uma nova taxa de referência a ser concluída em 2023. Tendo em vista que a substituição da taxa referencial por outra, se refletirá tanto no contrato da dívida como no instrumento derivativo, a Companhia não espera que haja impacto na relação de hedge vigente. A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. a) **Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxa de câmbio: A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2022, operações de hedge cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de hedge cambial estão descritas na nota 19.7. (ii) Risco de taxa de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. (iii) Risco de inflação: A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar a elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. b) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (veja nota 14). Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro 2022, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (veja nota 14). c) **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (rating), no custo da dívida e na liquidez. d) **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes. (i) Risco de crédito de contrapartes comerciais: Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. (ii) Risco de crédito de instituições financeiras: Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (rating). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo

publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2022. **Ratings de longo prazo em escala nacional**

	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	-	-	AA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA
Santander	AAA	AAA	-

Não houve alterações relevantes nos ratings destas instituições em relação ao período de 31 de dezembro de 2021. 1.1.2 **Gestão de riscos operacionais:** a) **Riscos regulatórios:** Os riscos regulatórios são aqueles provenientes de criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou ainda, sobre a regulamentação ambiental ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças, descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude. b) **Risco de hidrologico:** A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições climáticas e hidrológicas dos reservatórios. A receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrologicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo ONS. Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu à proposta de risco hidrologico conforme descrito na nota 12. c) **Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	2022	
	Data da vigência	Importância Segurada
Terrorismo	31/05/2022 à 31/05/2023	499
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2022 à 31/05/2023	36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2022 à 31/05/2023	100
Veículos - Executivo	31/05/2022 à 31/05/2023	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2022 à 31/05/2023	2.100
Responsabilidade Civil - Drones	15/06/2022 à 15/06/2023	1
Veículos - Operacional	31/05/2022 à 31/05/2023	1
Equipamento	30/06/2022 à 30/06/2023	Valor equipamento
Empresarial	31/05/2022 à 31/05/2023	60

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 **Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 13 de fevereiro de 2022. 2.2 **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. 2.3 **Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5. 2.4 **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.2	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.5	Tributos sobre o lucro diferidos
9.1	Contas a receber de clientes e outros
11.1	Imobilizado
16.1	Provisão para processos judiciais

2.5 **Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional e financeiro são os seguintes: a) **Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants com circulate ou não circulate.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2022	2021
Fornecimento de energia	210.720	230.653
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	12.419	5.822
Receita operacional bruta	223.139	236.475
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(29.972)	(29.874)
Receita operacional, líquida	193.167	206.601
3.1 Deduções de receita bruta	2022	2021
Tributos		
PIS e COFINS	(19.966)	(21.557)
	(19.966)	(21.557)
Encargos setoriais		
Outros encargos ⁽¹⁾	(10.006)	(8.317)
	(10.006)	(8.317)
Total	(29.972)	(29.874)

(1) Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização de

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	223.139	236.475
Receita de construção de ativos próprios	18.164	2.882
	241.303	239.357
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(7.348)	73.484
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(24.291)	(21.564)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(45.612)	(18.535)
	(77.251)	33.385
Valor adicionado bruto	164.052	272.742
Depreciação e amortização	(28.395)	(30.952)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	135.657	241.790
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros e variações cambiais de ativos	81.905	56.810
	81.905	56.810
Valor adicionado total a distribuir	217.562	298.600
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	13.680	11.596
Férias e 13º salário	2.072	1.851
Encargos sociais (exceto INSS)	(1.902)	(1.878)
Benefícios	4.969	3.229
Outros	377	672
Subtotal	19.196	15.470
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	6.175	6.119
PIS e COFINS	17.832	15.774
Tributos sobre o lucro	2.601	43.538
Obrigações intra-setoriais	10.006	8.317
Outros	182	203
Subtotal	36.795	73.951
Financiamentos		
Juros e variações cambiais de passivos	98.072	69.598
Aluguéis	90	-
Subtotal	98.162	69.598
Remuneração de Capitais Próprios		
Remuneração aos acionistas da Neoenergia	20.385	123.586
Lucros retidos	45.095	15.995
Subtotal	65.480	139.581
Valor adicionado distribuído	219.633	298.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

serviço de energia elétrica (TFSEE) e Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hidricos (CFURH); 3.2 **Política contábil e julgamento críticos:** a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"). b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2022	2021
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre – ACL	-	(8.635)
Energia curto prazo – PLD e MRE	(7.225)	(12.805)
Ressarcimento do risco hidrologico – GSF (nota 12)	-	95.056
Outros	(123)	(132)
Subtotal	(7.348)	73.484
Créditos PIS e COFINS		
Total	(7.348)	77.497
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(24.291)	(21.564)
Subtotal	(24.291)	(21.564)
Créditos de PIS e COFINS		
Total	(21.988)	(19.637)
Total dos custos com energia elétrica	(29.336)	57.860

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	2022			2021		
	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de operação	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de operação

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 02.397.080/0001-96 | CVM nº 01936-4 | Companhia Aberta

7.1.2 Tributos sobre o lucro diferidos: O reconhecimento do tributo diferido é com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2022	2021
Mais-valia e provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (PMIPL)	886	1.065
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	4.941	3.519
Provisões ambientais	3.929	3.579
Direito de uso da concessão	2.276	2.479
Arrendamentos capitalizados	29	158
Depreciação acelerada	(5.501)	(5.740)
Valor justo de instrumentos financeiros	1.752	(870)
Provisões de Fornecedores	5.242	6.035
Ressarcimento do Risco Hidrológico - GSF	(39.261)	(41.722)
Outros	3.152	2.673
Total	(22.555)	(28.824)
Passivo não circulante	(22.555)	(28.824)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	2022	2021
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(28.824)	(28.824)
Efeitos reconhecidos no resultado	3.648	2.621
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	2.621	(22.555)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(22.555)	(28.824)
Efeitos reconhecidos no resultado	(29.296)	(2.490)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	2.490	(28.824)

7.1.3 Tributos correntes ativos e passivos

	2022	2021
IRPJ	3.682	799
CSLL	470	106
Ativo	4.152	905
Circulante	1.138	3
Não circulante	3.014	902
Passivo	18.724	17.351
Circulante	-	224
Não circulante	18.724	17.127

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía R\$ 18.724 e R\$ 17.127 reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas. Além das incertezas tributárias no tratamento dos tributos sobre o lucro que foram reconhecidos, a Companhia possui o montante de R\$ 72.879 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 139.431 em 31 de dezembro de 2021), cujo prognóstico de perda foi considerado possível pelos assessores jurídicos da Companhia. As principais naturezas das principais posições estão relacionadas abaixo, como segue: (i) Processos administrativos e jurídicos oriundos da não homologação de pedido de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL, totalizando o montante de R\$ 34.061 (R\$ 90.604 em 31 de dezembro de 2021); (ii) Não adição da despesa de amortização do ativo na base de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 37.060 (R\$ 48.827 em 31 de dezembro de 2021). **7.1.4 Benefício fiscal – Mais-Valia e PMIPL:** O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a PMIPL, cujos saldos são como segue:

Mais-valia - incorporado	53.477
Provisão constituída	(35.295)
Benefício fiscal	18.182
Amortização acumulada	(50.343)
Reversão acumulada	33.226
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.065
Amortização	(527)
Reversão	348
Saldos em 31 de dezembro de 2022	886

A amortização da mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme curvas abaixo:

	Entre 2023	Entre 2024	Entre 2025	Entre 2026	Entre 2027	Entre 2028 e 2032	Entre 2033 e 2037
Itapebi	154	132	114	97	84	271	34

7.1.5 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, prevê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. b) Estimativas e julgamentos críticos: Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **7.2 Outros tributos: 7.2.1 Outros tributos e encargos setoriais a recolher**

	2022	2021
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	189	330
Programa de integração social - PIS	271	1.527
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	1.259	1.318
Impostos e contribuições retidos na fonte	2.504	1.647
Outros	604	4.822
Outros tributos a recolher	4.827	4.822
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	8.038	2.285
Outros	2.023	10.085
Encargos setoriais	10.061	14.907
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	14.888	14.907
Circulante	11.008	12.486
Não circulante	3.880	2.421

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	101	369
Fundos de Investimento	7.852	30.840
Total	7.953	31.209

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 é de 100,31% (99,3% em 31 de dezembro de 2021) do CDI. As aplicações financeiras da companhia estão concentradas, substancialmente, nos fundos exclusivos BB Polo 28 Fundo de Investimento, Itaú Salvador e Santander Natal Fundo de Investimento. Os fundos têm como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco (operações compromissadas), tendo, em 31 de dezembro de 2022, 100% de sua carteira em ativos com risco do governo brasileiro e instituições bancárias de primeira linha, todos com liquidez diária. A rentabilidade média dos fundos no ano de 2022 foi de 99,4% do CDI para o fundo BB Polo 28 (98,12% em 2021), 99,5% do CDI para o fundo Itaú Salvador (98,45% em 2021) e 99,57% do CDI para o fundo Santander Natal (99,43% em 2021).

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2022	2021
Receível	Receível	
Fornecimento de energia	17.059	21.833
Comercialização de energia na CCEE	3.074	-
Total	20.133	21.833

O aging do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2022	2021
Receível	Receível	
A vencer	17.059	21.833

9.1 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 19.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional. b) Estimativas e julgamentos críticos: A Companhia não possui histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos contratos bilaterais, a exposição do lucro de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das provisões atuais não é relevante para essa classe de recebíveis considerando inclusive que os contratos especiais da Companhia são 100% com partes relacionadas. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. CONTAS A RECEBER DE OPERAÇÕES DE MÚTUO

A composição do saldo refere-se, basicamente, ao contrato de mútuo entre partes relacionadas que a Companhia firmou com a Neoenergia S.A. O contrato de mútuo foi remunerado pela taxa de juros de 142,23% do CDI, e totalmente recebido em 20 de maio de 2022.

	2022	2021
Imposto de renda	Recebimento	Recebimento
Partes relacionadas	2021	2022
Neoenergia S.A.	31.347	1.820
	(30.000)	(2.454)
	(713)	-

11. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstrados conforme a seguir:

	Centrais de hidroe-létricas	Construções e terrenos	Outros	Ativos em construção	Total
			6,25%	-	
Taxa de depreciação a.a.	2% - 16,7%	0% - 4%	33,3%		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	307.606	54.783	3.533	19.256	385.178
Adições	-	-	-	(840)	(840)
Capitalização de gastos ⁽¹⁾	-	-	-	102	102
Depreciação	(12.929)	(1.616)	(1.150)	-	(15.695)
Transferências entre classes	3.708	1.457	7.813	(12.978)	-
Transferências - outros ativos	-	-	-	(840)	(840)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	298.385	54.624	10.196	22.541	385.746
Custo	546.713	86.071	14.603	22.541	669.928
Depreciação acumulada	(248.328)	(31.447)	(4.407)	-	(284.182)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	317.048	55.301	4.303	16.497	393.149
Adições	-	-	-	7.420	7.420
Capitalização de gastos ⁽¹⁾	-	-	-	368	368
Baixas	(68)	-	(109)	-	(177)
Depreciação	(12.814)	(1.598)	(943)	-	(15.355)
Transferências entre classes	3.478	1.080	282	(4.840)	-
Transferências - outros ativos	(38)	-	-	(189)	(227)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	307.606	54.783	3.533	19.256	385.178
Custo	543.004	84.614	6.790	19.256	653.664
Depreciação acumulada	(235.398)	(29.831)	(3.257)	-	(268.486)

(1) Capitalização de gastos com pessoal alocado à operação; 11.1 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente. Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros) bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - impairment. A administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os ativos que apresentaram indicativos prévios de deterioração ou perda de valor recuperável foram submetidos à análise para identificação de real impacto por possível perda por impairment, sendo constatado, como resultado, que não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de qualquer ativo da Companhia. As premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação dos investimentos realizados vão desde as previsões dos fluxos de caixa estimados trazidos a valor presente até as projeções de crescimento do mercado no horizonte de longo prazo. Os fluxos de caixa são estimados com base nos resultados já realizados, levando em consideração o orçamento empresarial anual da Companhia enquanto o horizonte de análise leva em consideração o vencimento de cada concessão e a expectativa de crescimento do mercado, utilizando-se de projeções compatíveis com os dados históricos e as perspectivas sólidas de crescimento da economia brasileira. Tais fluxos são descontados por taxas pós impostos utilizando-se de metodologia amplamente aplicada no mercado de energia. Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. b) Estimativas e julgamentos críticos: A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração cujas usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas, quando não passíveis de indenização definidos em cada contrato de concessão do serviço público. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação impairment destes ativos, quando aplicáveis.

12. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstrados como segue:

	Concessão	Software	Outros ⁽¹⁾	Ativos em formação	Total
	2,78%	-	-	-	-
Taxa de depreciação a.a.	5,56%	20,00%	10,00%		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	160.997	1.568	9.705	-	172.270
Adições	-	-	-	588	588
Amortização	(9.594)	(1.183)	(1.298)	-	(12.076)
Transferências – entre intangíveis	-	-	841	(841)	-
Transferências – outros	-	-	-	841	841
Saldos em 31 de dezembro de 2022	151.403	385	9.248	588	161.624
Custo	187.093	8.876	12.984	588	209.540
Amortização acumulada	(35.690)	(8.491)	(3.736)	-	(47.917)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	993	2.742	88.797	44	92.576
Adições	93.118	-	-	-	93.118
Amortização	(7.425)	(1.445)	(4.781)	-	(13.651)
Transferências – intangíveis	74.311	233	(74.311)	(233)	-
Transferências – outros	-	38	-	189	227
Saldos em 31 de dezembro de 2021	160.997	1.568	9.705	-	172.270
Custo	187.093	8.876	12.142	-	208.111
Amortização acumulada	(26.096)	(7.308)	(2.437)	-	(35.841)

(1) Licença de operação R\$ 12.984 e amortização acumulada de R\$ (3.736). Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para ressarcimento do risco não hidrológico, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) nos últimos anos. O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos, cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). A compensação aos geradores hidrelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração e deve ser reconhecida contabilmente como intangível em contrapartida à recuperação de custos com energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu, com base nas melhores estimativas, uma adição ao intangível no montante de R\$ 35.102, que equivale a uma extensão de 251 dias em seu prazo de concessão. Em 02 de março de 2021, após os cálculos divulgados pela CCEE, a Companhia reconheceu uma adição de R\$ 2.711 ao intangível reconhecido, que equivale ao acréscimo de 97 dias em seu prazo de concessão. Em 10 de setembro de 2021, após os novos cálculos divulgados pela CCEE em razão do advento da Lei 14.182/21, a Companhia reconheceu uma adição de R\$ 92.345 ao intangível reconhecido, que equivale ao acréscimo de 1.005 dias em seu prazo de concessão. O total do intangível reconhecido foi de R\$ 130.158, equivalente a um acréscimo de 1.353 dias em seu prazo de concessão. Esse total representa valores de ressarcimento que a Companhia tem direito a receber, utilizando como base os cálculos efetuados pela CCEE, acrescidos de um juros remuneratório de 9,63% a.a. **12.1 Política contábil:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - impairment. Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

13. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2022	2021
Energia elétrica	24	1.150
Encargos de uso da rede	2.290	2.156
Materiais e serviços	15.581	10.253
Total	17.895	13.559

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

14.1 Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2022	2021
Empréstimos bancários	132.954	142.175
Empréstimos e financiamentos⁽¹⁾	132.954	142.175
(+) Instrumentos derivativos de dívida (nota 14.3)	(26.035)	(43.662)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(7.953)	(31.209)
Dívida líquida	98.966	67.304

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas. **14.2 Empréstimos e financiamentos:** As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários e denominadas em Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2022	2021
Denominados em US\$	132.954	142.175
Indexados a taxas fixas	132.954	142.175
Passivo circulante	525	538
Passivo não circulante	132.429	141.637
Valor justo dos empréstimos e financiamentos (nota 19.4)	123.154	139.666
Em 31 de dezembro de 2022, o custo médio da dívida por moeda é o seguinte:		
	2022	2021
Custo médio em % CDI ⁽²⁾		

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 02.397.080/0001-96 | CVM nº 01936-4 | Companhia Aberta

a processos provisionados e não provisionados.

Processos civis	2022	2021
Processos trabalhistas	1.978	1.833
	5.333	4.574
	7.311	6.407

d) Política contábil e julgamentos críticos: (i) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) Estimativas e julgamentos críticos: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. **16.2 Provisões ambientais:** As provisões ambientais referem-se ao acordo firmado em 21 de novembro de 2002 entre a Companhia, o autor da ação popular impetrada em setembro de 2002, e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA, visando definir a compensação adicional de impacto socioambientais decorrentes da implantação do empreendimento da Usina Hidrelétrica Itapebi. As provisões ambientais constituídas estão compostas como segue:

	Ref.	Provisões Ambientais
Saldos em 31 de dezembro de 2021		33.511
Ajuste ao valor presente	(a)	5.719
Baixa/Reversão	(a)	(1.313)
Pagamentos/Indenizações		(11.702)
Atualização		1.911
Saldos em 31 de dezembro de 2022		28.126
Saldos em 31 de dezembro de 2020		44.166
Ajuste ao valor presente		(6.947)
Baixa/Reversão		(3.910)
Pagamentos/Indenizações		(4.008)
Atualização		4.210
Saldos em 31 de dezembro de 2021		33.511

a) Em 2022 ocorreram reversões no montante de R\$ 1.313, e ajuste ao valor presente das condicionantes ambientais de R\$ 5.719.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social é de R\$ 202.525, correspondente a 202.524.938 ações ordinárias escrituradas, totalmente integralizadas e sem valor nominal.

	ON	ON %	R\$
Neoenergia S.A.	85.060.474	42%	85.061
Termopernambuco S.A	117.464.464	58%	117.464
Total de ações	202.524.938	100%	202.525

17.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas: a) **Lucro por ação:** Os valores do lucro básico e diluído por ações estão apresentados a seguir:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	65.480	139.581
Média ponderada de número ações em circulação	202.525	202.525
Lucro básico e diluído por ação	0,32	0,69

b) Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ("JCP"), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Itapebi Geração de Energia S/A foi calculada da seguinte forma:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	65.480	139.581
Reserva de incentivo fiscal	(12.751)	-
Lucro líquido a distribuir	52.729	139.581
Remuneração		
Mínima obrigatória ⁽¹⁾	16.370	139.581
Remunerações intermediárias	4.015	-
Dividendos adicionais propostos	32.344	-
	52.729	139.581

Natureza da remuneração

Dividendos	32.344
JCP	20.385
	52.729
	0,26

Remuneração total por ação
 (1) Para fins de mínimo obrigatório é considerado o valor do JCP líquido do IRRF. Os valores pagos aos acionistas da Itapebi Geração de Energia S/A, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2022			
AGO de 20 de abril de 2022	Dividendos adicionais	86.627	0,4277347288
RCA de 21 de junho de 2022	JCP	10.390	0,0513023084
RCA de 23 de dezembro de 2022	JCP	9.995	0,0493519319
		107.012	
2021			
AGO de 06 de abril de 2021	Dividendos	57.477	0,2838019998
RCA de 23 de junho de 2021	JCP	6.993	0,0345290705
RCA de 17 de julho de 2021	Dividendos	17.399	0,0859103814
RCA de 09 de dezembro de 2021	JCP	6.766	0,0334082212
		88.635	

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

Saldos iniciais	2022	2021
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	28.951	13.479
Dividendos declarados	86.627	98.076
Juros sobre o capital próprio declarados	20.385	13.759
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(3.058)	(2.065)
Dividendos pagos no exercício	(118.659)	(82.669)
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	(5.751)	(11.629)
Saldos finais	8.496	28.951

17.3 Outros resultados abrangentes: A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de hedge accounting de fluxo de caixa, **17.4 Reserva de capital:** 17.4.1 Reserva especial de ágio: Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da Companhia, que gerou o reconhecimento do crédito fiscal diretamente no patrimônio líquido, vide Nota 7.2. **17.5 Reservas de lucros:** 17.5.1 Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constitui reserva legal, pois, conforme Art. 193 da Lei 6.404/76 a empresa poderá deixar de constituir esta reserva quando o saldo da mesma acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do Capital Social. A reserva só pode ser utilizada para absolver prejuízos ou para aumento de capital. **17.5.2 Reserva de retenção de lucros:** Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, parte do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. **17.5.3 Incentivo fiscal imposto de renda – SUDENE:** A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada. A Companhia apurou no exercício de 31 de dezembro de 2022, o valor de R\$ 12.751 (R\$ 15.995 em 31 de dezembro de 2021) de incentivo fiscal SUDENE. **17.6 Política Contábil:** O capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas. Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas a subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados a reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

18. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com as subsidiárias da Neoenergia reconhecidas como conta a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de transmissão de energia; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos; (v) compartilhamento de mão de obra; (vi) compartilhamento de recursos humanos; (vii) operação de mútuo financeiro com a controladora. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

18.1 Saldo em aberto com partes relacionadas:

	2022			2021		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
Ativo						
Contas a receber e outros (a)	17.059	-	17.059	21.833	-	21.833
Contas a receber de mútuos	-	-	-	-	31.347	31.347
Outros ativos (b)	3.015	421	3.436	1.590	678	2.268
	20.074	421	20.495	23.423	32.025	55.448
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (c) / (d)	923	1.474	2.397	208	1.922	2.130
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e) / (f)	-	8.496	8.496	-	28.951	28.951
Outros Passivos (b)	31	655	686	36	543	579
	954	10.625	11.579	244	31.416	31.660

18.2 Transações com partes relacionadas

	2022			2021		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
Resultado do período						
Receita operacional líquida (a)	210.720	-	210.720	230.653	-	230.653
Custos dos serviços (c)	(4.265)	-	(4.265)	(12.000)	-	(12.000)
Despesas gerais e administrativas (b) / (d)	19.966	(1.802)	18.164	18.085	(3.007)	15.078
Resultado financeiro líquido	-	552	552	-	(320)	(320)
	226.421	(1.250)	225.171	236.738	(3.327)	233.411

18.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 18.1 e 18.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	NC Energia	Contrato de compra e venda de energia de curto prazo	IPCA	9 anos	2023	16.438	210.100
b)	Arizona 1, Baguari 1, Caetitê 1, Caetitê 2, Caetitê 3, Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4, Calango 5, Calango 6, Canoas, Canoas 2, Canoas 3, Canoas 4, Chafariz 1, Chafariz 2, Chafariz 3, Chafariz 4, Chafariz 5, Chafariz 6, Chafariz 7, Geração Ceu Azul, Geração Cill, Itapebi, Lagoa 1, Lagoa 2, Lagoa 3, Lagoa 4, Luzia 2, Luzia 3, Mel 2, Oitís 1, Oitís 10, Oitís 21, Oitís 22, Oitís 3, Oitís 4, Oitís 5, Oitís 6, Oitís 7, Oitís 8, Oitís 9, Santana 1, Santana 2, Termopernambuco, Ventos de Arapuá 1, Ventos de Arapuá 2, Ventos de Arapuá 3, Potiguar Sul, Naranitiba, Neoenergia Renováveis, Enerbrasil, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Elektro, Neoenergia Brasília, Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Jalapão, Neoenergia Santa Luzia, Neoenergia Guanabara, Neoenergia Itabapoana, Neoenergia Lagoa dos Patos, Neoenergia Vale do Itajaí, Neoenergia Dourados, Neoenergia Atibaia, Neoenergia Biguaçu, Neoenergia Sobral e Neoenergia Rio Formoso	Compartilhamento dos custos de pessoal	N/A	5 anos	2023	2.984	19.966
c)	Neoenergia Operação e Manutenção	Prestação de serviços de O&M	IPCA	60 meses	2023	(211)	(2.554)
d)	Neoenergia S.A.	Direito de uso da marca	0,9% da ROL ajustada	2031	2023	(1.788)	(1.788)
e)	Termopernambuco	Dividendos e JSCP a pagar	N/A	N/A	2023	(4.928)	-
f)	Neoenergia S.A.	Dividendos e JSCP a pagar	N/A	N/A	2023	(3.568)	-

18.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

19. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2022			2021		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	101	-	7.852	369	-	30.840
Contas a receber de clientes e outros	20.133	-	-	21.833	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	27.277	-	-	44.195	-
	20.234	27.277	7.852	22.202	44.195	30.840
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	17.895	-	-	13.559	-	-
Empréstimos e financiamentos	132.954	-	-	142.175	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.242	-	-	533	-
Passivo de arrendamento	501	-	-	1.463	-	-
Uso do bem público	27.530	-	-	26.605	-	-
Outros passivos financeiros	1.699	-	-	1.444	-	-
	180.579	1.242	-	185.246	533	-

CA – Custo amortizado, VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes, VJR – Valor justo por meio do resultado. **19.2 Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 19.8, (análise de sensibilidade). **19.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo, está demonstrado como segue:

	2022		2021	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	7.852	7.852	30.840	30.840
Instrumentos financeiros derivativos	27.277	27.277	44.195	44.195
	35.129	35.129	75.035	75.035

Passivos financeiros

Instrumentos financeiros derivativos	1.242	1.242	533	533
	1.242	1.242	533	533

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **19.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2022		2021	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	132.954	123.154	142.175	139.666

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **19.5 Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **19.6 Métodos e técnicas de avaliação:** (i) Empréstimos e financiamentos: O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. Os empréstimos e financiamentos bilaterais são mensurados com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livres de risco provenientes de fonte de mercado (B3) e do spread de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de rating. O spread de crédito da Companhia é ajustado a duration e a moeda de cada instrumento de dívida. (ii) Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que refletem corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de swaps, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do swap na moeda de referência. O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis. **19.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são swaps. Os contratos de swap foram negociados em mercado de balcão (over-the-counter). Em 31 de dezembro de 2022 não havia valor de margem depositado referente as posições com instrumentos financeiros derivativos. Todas as operações de derivativos dos programas de hedge da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge do instrumento de hedge possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de swap para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de hedge mensurados a fluxo de caixa:

	Valor de referência			Valor justo		
	2022	2021	Vencimento (Ano)	2022	2021	
Swap US\$ pré vs R\$ pós						
Ativo	US\$ 25.494	US\$ 25.494	2024	129.487	147.032	
Passivo	US\$ 101.165	US\$ 101.165	-	(103.452)	(103.370)	

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 02.397.080/0001-96 | CVM nº 01936-4 | Companhia Aberta

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Itapebi Geração de Energia S.A. (**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Itapebi Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itapebi Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita na venda de energia:** Conforme descrito na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia deriva principalmente do fornecimento de energia elétrica. A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Diretoria da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. Devido aos assuntos anteriormente mencionados, a consideração como um risco significativo de auditoria e a relevância dos valores envolvidos, consideramos o reconhecimento da receita na venda de energia como um principal assunto de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita considerando a natureza das receitas da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento de receita na venda de energia; (iii) teste de transações de receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte; (iv) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis contratuais do volume de energia entregue e do preço, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; e (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a determinados controles de tecnologia da informação que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e a ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. As deficiências mencionadas foram remediadas pela Companhia dentro do exercício. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento de receita na venda de energia, assim como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** **Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Informações Comparativas – Valores Correspondentes:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 16 de fevereiro de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base

no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2023

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

